

## FHC, presidente e intelectual



**“É preciso ter objetivo, mas o político não é só quem tem objetivo, é quem constrói o caminho”**

**O** Presidente Segundo o Sociólogo – o grande depoimento-entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo – é um livro muito rico nas suas análises do Brasil e do mundo e extremamente interessante na sua avaliação sobre a dinâmica e as realidades do exercício do poder. Comporta, por isso mesmo, múltiplas abordagens. Neste comentário vou seguir a indicação do título, que, ao propor a relação entre o ator político (o presidente) e o observador-analista da realidade (o sociólogo), convida a uma reflexão sobre o tema dos intelectuais e o poder.

Esse tema é relevante, pois a atividade intelectual – que consiste na produção e transmissão de ideias – é muito necessária para a ação política nas sociedades contemporâneas. Com efeito, essas se caracterizam pela complexidade, pela mudança constante, pela democratização impulsionada pelo grande número e pela presença da mídia no cotidiano das pessoas. Requerem, assim – e é evidentemente o caso do Brasil –, tanto princípios e valores que apontem rumos nas incertezas das transformações quanto saber técnico apto a prover conhecimentos-mídia, para traduzir os rumos apontados e os valores escolhidos em políticas públicas viáveis.

No exercício de sua atividade e na medida em que estão interessados na vida pública (o que nem sempre acontece), os intelectuais tendem a fazer a crítica do poder. Essa tendência se explica, pois a atitude crítica, na tradição filosófica que nos vem do “Iluminismo” do século 18, está associada ao exercício desse papel na sociedade. Os intelectuais podem, igualmente, legitimar o poder ao sustentá-lo perante a opinião pública, explicitando as razões e destacando as realizações do governo. Também está normalmente ao alcance dos intelectuais influenciar o poder em múltiplas tarefas de assessoria – diretas ou indiretas –, nas quais frequentemente o domínio de um saber técnico, como a economia ou o direito, é a base da influência. Podem, finalmente, exercer o poder. Essa hipótese não é usual, como se comprova até mesmo pela história brasileira, na qual Fernando Henrique Cardoso é um caso singularíssimo de grande intelectual eleito, exercendo democraticamente a Presidência da República.

A passagem de um intelectual, de consciência crítica, de legitimador ou de conselheiro do poder (funções que Fernando Henrique Cardoso exerceu no seu percurso) a ator político preponderante e decisivo para a vida pública (o que, no caso de Fernando Henrique Cardoso, culminou com a Presidência da República) é muito rara. E é muito rara porque, para ser bem-sucedido, o intelectual no poder precisa lidar, de forma apropriada, com os desafios da prática e da ação e os da afirmação da vontade, para os quais não o prepara a sua experiência de intelectual, voltada para a elaboração de teorias, o cultivo do pensamento e o exercício da razão. Assim, ainda que as dicotomias teoria-prática, pensamento-ação, razão-vontade sejam constitutivamente complementares, o intelectual, porque está normalmente menos afeto ao segundo termo dessas dicotomias, frequentemente se caracteriza por uma razoável dose de imperícia no trato direto com a realidade política.

Sobre esse potencial de imperícia dos intelectuais no trato direto da realidade política há uma sugestiva análise de Afonso Arinos, quando, nas suas memórias (*A Escalada*, págs. 261-265), evoca a trajetória de San Tiago Dantas, por ocasião do seu falecimento, em 1964. San Tiago Dantas teve, na vida pública brasileira, como deputado, ministro do Exterior e da Fazenda e importante liderança política, um luminoso e irradiante poder de raciocionar, lastreado numa sólida e abrangente cultura. Entretanto, não conseguiu levar a bom termo nem o controle da inflação nem as lúcidias reformas da sociedade brasileira que propôs. Não logrou, igualmente, o respaldo do Congresso para ser, na vigência do parlamentarismo, primeiro-ministro e não conseguiu posteriormente evitar, com as suas iniciativas, a queda do governo de João Goulart. Entende Afonso Arinos que a falha “de uma inteligência política superlúdica, como a de San Tiago, é que abandonou ao seu próprio

movimento e distanciado da sensibilidade, tende invencivelmente a sobrepor, ao que é, aquilo que deve ser”. Se, continua Afonso Arinos, no campo do direito – no qual, realço eu, San Tiago foi grande como jurista e advogado, assim como, para dar outro exemplo, o foi Rui Barbosa, na Primeira República –, em função da prevalência da lógica das normas, se pressupõe que o dever-ser sobreleva o ser, “em política não se pode atingir ao que deve ser senão pelo que é”. A incursão pelo que é – pedregosa, muitas vezes pantanosa, freqüentemente irracional –, San Tiago foi incapaz de empreendê-la com sucesso. Nas palavras de Afonso Arinos, tomava “pelo real o que não era propriamente fantasia, mas aparência criada pelo raciocínio. Criava uma realidade lógica que pretendia tomar como vital”.

Os riscos para o conhecimento da política envolvidos no hiato entre pensamento e ação foram, no plano teórico, realçados por Hannah Arendt na sua crítica à tradição da filosofia política. Nessa crítica, lastreada nas rupturas e descontinuidades do século 20, contesta ela a propriedade da investigação conceitual divorciada da experiência. Daí o apreço arendtiano por autores como Maquiavel, Montesquieu, Tocqueville, os *founders* da Revolução Americana, que, em contraste com os filósofos, escreveram sobre a política “de dentro”, e não “de fora”. É por essa razão que o primeiro e meritório ponto que gostaria de destacar, neste comentário sobre *O Presidente Segundo o Sociólogo*, é a qualidade da contribuição que traz o conhecimento “de dentro”, e não “de fora” da política. Com efeito, o presidente, instigado pelas relevantes perguntas de seu entrevistador Roberto Pompeu de Toledo, mantém uma inequívoca e superior capacidade de ser um grande analista-observador de sua ação, operando, assim, um dialético e dialógico desdobramento funcional entre teoria e prática, pensamento e ação, razão e vontade, que são, como lembra Bobbio, as dicotomias configuradoras do tema da relação entre os intelectuais e o poder.

Nesse contexto do jogo das dicotomias – e das relações dos intelectuais com o poder – há uma observação no livro sobre o conhecimento “de dentro” e “de fora” da política. Como aponta o presidente, uma das dificuldades que por vezes encontra atualmente na discussão com os seus companheiros de academia, em especial os que cobram iniciativas e realizações, é o fato de estes, por não conviverem com ela, desconhecerem as “engrenagens” e o seu peso na realidade política. Por isso, pondera: “Política é o caminho, não é o objetivo. É preciso ter objetivo, mas o político não é só quem tem objetivo, é quem constrói o caminho” (pág. 306).

Ainda em matéria de dicotomias, e partindo dessa observação de FHC, qual é a relação entre o objetivo e o caminho? Hannah Arendt lembra que, para Marx, o que une a teoria à prática é a crítica (e seguramente muitos intelectuais, no debate brasileiro, adotam esse ponto de partida na análise da relação objetivo-caminho). Mas Hannah Arendt igualmente observou que, para Kant, o que liga a teoria à prática é o juízo. Dessa colocação kantiana parte Hannah Arendt para observar que o juízo, como faculdade distinta do pensar e do querer, é a mais indispensável para a ação política. O juízo, na proposta arendtiana, não é e não pode ser um juízo determinante, pois os “universais” que permitiriam enquadrar a realidade debaixo de suas categorias são fugidios. Daí a relevância, para ela, do juízo reflexivo, que é a faculdade de perceber o específico de cada situação (e, portanto, o caminho) sem perder o horizonte de seu significado geral (ou seja, o objetivo).

É para esse problema epistemológico do juízo que o presidente, como intelectual, aponta, quando observa: “A dinâmica da história não se dá pela imposição dos universais sobre os locais, nem com a explosão dos universais, que se contrapõem aos locais. Existem formas de inter-relação” (pág. 98). Por isso sublinha que a percepção para o juízo sobre a mudança requer “uma sensibilidade, como di-

riam os franceses, à *tous les azimuts*” (pág. 58).

No capítulo IV do livro, pensando a mudança – ou seja, o objetivo e o caminho –, FHC reflete sobre a leitura marxista e funcionalista da mudança para, sem deixar de levar em conta as contribuições que trazem, explorar o que chama a “teoria do curto-círculo”. Ele exemplifica a mudança pelo curto-círculo provocado pela comoção que percorre todos os segmentos da sociedade com o que observou na França de maio de 1968, na Polônia do início dos anos 80, com o movimento operário de Walesa, e na URSS de Gorbachev. São expressões, no entender de FHC, do curto-círculo ancorando a teoria, na vida política brasileira, o movimento das diretas-já (que foi a faísca que promoveu a desagregação final do regime militar) e o Plano Real (que foi um fato político-econômico bem-sucedido porque respondeu ao saturado cansaço da sociedade brasileira com a inflação).

Nesse processo há um papel importante para a criatividade das “artes da política”, artes que FHC muito apreciou na sua estreita convivência com Franco Montoro e Ulisses Guimarães – homens públicos mencionados com freqüência no livro. Essa arte, que diferencia o conhecimento “de fora” e “de dentro” da política, está na base da asserção de FHC: “A responsabilidade do político é fazer as coisas andarem. É pavimentar o caminho. Mas para isso é preciso saber como se faz para as coisas andarem. E então é preciso ter paciência” (págs. 346-347).

Se a paciência é necessária para a ação política e integra o tempo, concreto do político –

que é distinto do tempo mais abstrato do intelectual –, ele só é um

ingrediente de mudança se o ator político tiver uma visão – o “discurso geral” (pág.

346) – e não perder o sentido da História (pág. 347). Qual é o

“discurso geral” que

*O Presidente Segundo o Sociólogo* explica e articula, ou seja, o “quadro mental” que permite contextualizar a informação fragmentada do mundo complexo em que vivemos (pág. 166) e é uma dimensão do pensar (do sociólogo), necessário para o julgar da conjuntura (do presidente)?

FHC é um *scholar* que pensou e pesquisou a realidade brasileira, estudou os problemas mundiais e associa, na sua reflexão, a vivência da política. Sabe que a sociedade brasileira é uma mistura especial de hierarquia e mobilidade e é preciso – e disso os políticos, por obra da democracia, têm muito mais consciência que os demais setores do País – abrir o espaço de oportunidades para os pobres e atender às exigências imperativas de inclusão. Vê no conservadorismo brasileiro menos uma “direita política” e mais um atraso de cabeça e de costumes (pág. 37) que pode ser qualificado como uma prática social conservadora (pág. 212). Entende, nesse contexto, numa análise política, que cabe ao PSDB – combinando o mercado e um Estado eficiente e, por isso, desinflado – estar no centro, olhando para a esquerda (pág. 212) e valer-se da porosidade e plasticidade da sociedade brasileira para processar a mudança (pág. 275).

O Brasil está no mundo e FHC, pensando na mudança e na impossibilidade, hoje, do desenvolvimento em isolamento, discute com extraordinária argúcia a diluição entre o “interno” e o “externo” trazido pela globalização. Registra como o processo de interligação dos mercados e dos sistemas produtivos (que estudou como sociólogo) se viu aguado, na década de 90, pela aceleração dos fluxos financeiros, no âmbito do qual “o virtual passou a comandar o real” (pág. 84). Sublinha o impacto disso para a governabilidade dos países, dadas as limitações da escala do Estado nacional – mesmo para países de dimensão continental como o Brasil. Porque esse problema é global e representa uma vulnerabilidade nacional, o seu objetivo de política externa é construir a autonomia pela participação – ou seja, internacionalizar para não ser internacionalizado na fórmula de Giorgio Napolitano, que ele cita (pág. 229) –, assegurando para o Brasil, na ordem internacional em gestação (passível de um “curto-círculo” observo eu), “um lugar na mesa de negociações” (pág. 89). Daí o significado e o al-

cance de sua diplomacia presidencial e o caminho do investimento no *soft power* da credibilidade e da confiabilidade das políticas públicas do País – no âmbito das quais cabe um destaque especial para o tema da estabilidade da moeda. Daí, igualmente, no âmbito regional, o papel que o Brasil está tendo como fator de organização do espaço sul-americano (pág. 91) e para a qual a sua Presidência vem contribuindo, por intermédio do impulso, lastreado no entendimento Argentina-Brasil, dado ao Mercosul, como pilares de sustentação de todo o edifício sociopolítico-econômico da América do Sul (pág. 127).

O presidente, como sociólogo, tem a sensibilidade moderna para impulsionar as “políticas da vida”, que são as que lidam com a violência, o trânsito nos centros urbanos, o meio ambiente, para identificar a dimensão mais ampla da segurança pública (que transita por droga, lavagem de dinheiro, contrabando); para sublinhar e encaminhar, por meio de uma visão abrangente da política dos direitos humanos, que é parte integrante da identidade social-democrática do seu governo, temas como raça e classe, índios e o MST. O presidente, como político e politólogo, conhece na teoria e na prática o quebra-cabeças da Federação e as dificuldades que apresenta para a reforma tributária; a relevância e as dificuldades da reforma política e da reforma do Judiciário; as resistências a reformas do Estado nas suas funções econômicas e sociais, que são todas meios de mudança e, por isso mesmo, objetivos de seu governo.

Como pavimentar o caminho para esses objetivos?

No livro há importantes considerações sobre os partidos e como deixaram de ser a alavancas para se converter, mais modestamente, numa das alavancas do processo político (págs. 242-243); sobre a importância da sus-

tentação das reformas por uma sociedade civil mais dinâmica (pág. 241); sobre o processo decisório do Congresso (pág. 238); sobre o papel crítico das alianças, tanto para a microgovernabilidade dos apoios quanto para a macrogovernabilidade dos objetivos. Sem alianças, e essa é a lição da História em nosso País, a alternativa é queda ou golpe (pág. 40). Dessa considerações e de outras promana, no meu entender, o juízo reflexivo do presidente-sociólogo sobre como, para voltar a Afonso Arinos, atingir o que deve ser pelo que é. Em síntese, diria, para usar a linguagem de Bobbio, que, descendo do céu das idéias para a terra dos fatos e pensando nos “nós a ser desatados”, para o Brasil responder às exigências do seu dever-ser, não dá para, com voluntarismo e exaltação, cortar os nós que emperram o desenvolvimento e comprometem as legítimas aspirações de justiça do País. É preciso desatá-los por intermédio da arte da convivência humana que é a política num sistema democrático. Esse, no meu entender, é o juízo que fez e faz o presidente e o intelectual.

Concluo este artigo com uma ressalva e uma avaliação. O mundo moderno surge da dúvida metodológica cartesiana e os intelectuais, como seres da razão, e não necessariamente da ação, quando não têm provas suficientes, duvidam. Podem, assim, duvidar do juízo do presidente e do intelectual que busquei explicitar. O homem de ação, em contraste, não pode prolongar o seu processo decisório com o questionamento da dúvida, como pode o intelectual no processo de conhecimento e reflexão. Governar é escolher, como dizia, lapidamente, Mendes-France. Essa escolha, por mais racionalizada e ponderada que seja, tem um componente de aposta e, por esse motivo, o juízo reflexivo é um juízo conjectural. Creio que o juízo do ator e do observador de FHC é uma aposta válida. É com base nesse juízo que, com a inteligência operacional do político e o “quadro mental” do intelectual, o presidente Fernando Henrique Cardoso vem atuando para desatar vários importantes nós que dificultam o nosso caminho.

### Há que abrir

### espaço para

### os pobres

### e atender às

### exigências

### imperativas

### de inclusão